

Choque descartado, repete o governo.

O governo não está preparando um novo choque econômico ou congelamento da URP. A garantia foi dada ontem, em São Paulo, pelo secretário-geral do Ministério do Planejamento, Ricardo Santiago, que participou do seminário sobre "Perspectivas para a economia brasileira em 1988", organizado pela Ordem dos Economistas/SP.

"Existe, na verdade" — confirmou Santiago —, "um plano de ajuste econômico às dificuldades atuais, mas não se trata de choque ou pacote, principalmente porque a execução dessas correções independe de definições políticas ou discussão sobre o mandato presidencial".

O plano por ele citado prevê a adoção de medidas como a limitação do endivida-

mento do setor público, a redução das despesas com a folha de pagamento do funcionalismo federal e a elaboração de uma lei de excesso para corrigir as previsões inflacionárias do orçamento fiscal da União.

O congelamento de preços e salários está descartado desse plano, reiterou Santiago, revelando ainda estar em estudos pelo governo a melhor forma de reduzir despesas com os funcionários federais.

O secretário-geral do Planejamento salientou que a limitação dos empréstimos solicitados por estatais, Estados e municípios foi a primeira das medidas adotadas, e anunciou que a definição sobre a folha de pagamento ocorrerá nos próximos dias. A terceira medida, que ainda não se sabe quando será adotada, prevê que pela lei de

excesso será possível atualizar os níveis inflacionários projetados em 120% para o orçamento da União neste ano. Esta correção, espera Santiago, limitará o crescimento de alguns programas mas privilegiará aqueles considerados como fundamentais.

Em sua conferência aos participantes do seminário, ele enfatizou sua confiança de que o combate ao déficit dará certo. E garantiu: "temos de fazê-lo e vamos fazê-lo". O secretário mostrou preocupação ao dizer que "se nada for feito, o déficit chegará a 7% do PIB". Ele reconheceu que o governo tem uma tarefa difícil de convencer a sociedade da importância de medidas severas que levem à contenção do déficit público, numa clara referência ao congelamento da URP que se pretende para o funcionalismo.